

«coleção»

TRATADO
**NOTARIAL
E REGISTRAL**



SUMÁRIO

1 Histórico Notarial	48
1.1 Introdução	50
1.2 Origem e evolução histórica	61
1.2.1 As Civilizações Antigas	62
1.2.2 A Civilização Romana	66
1.2.3 A Compilação de Justiniano	71
1.2.4 Idade Média	78
1.2.4.1 Alta Idade Média (476 – 1.000 a.d.)	78
1.2.4.2 Baixa Idade Média (1.000 a 1.500 d.C.) e a Escola de Bolonha: a Transição do Escrivão para o Notário Público	81
1.2.5 Idade Moderna	88
1.2.6 Legislação Canônica	89
1.2.7 A Origem da Fé Notarial e o Direito Germânico	91
1.2.8 As Ordenações	92
1.2.9 O Notariado no Brasil	95
1.3 Sistemas de Notariado	106
1.3.1 Introdução	106
1.3.2 Notariado Administrativo	110
1.3.3 Notariado Anglo-saxão	110
1.3.4 Notariado do Tipo Latino	112
1.3.4.1 O Notariado Português	115
1.3.4.2 O Notariado Inglês	123
2 Instituição Notarial	134
2.1 Introdução	136
2.2 Conceito	136
2.3 A Fé Notarial	139
2.3.1 A boa-fé canônica e germânica	143
2.3.2 O Instituto da <i>Gewere</i>	144
2.4 Teorias Notariais	146
2.4.1 A Teoria de GATTARI	146
2.4.2 As Teorias da Fé, Instrumentalista, Subjetivista, Funcionalista e Enciclopédica	153
2.4.2.1 Introdução	153
2.4.2.2 A Teoria da Fé Pública	153

2.4.2.3 A Teoria Instrumentalista	153
2.4.2.4 A Teoria Subjetivista	154
2.4.2.5 A Teoria Funcionalista	154
2.4.2.6 A Teoria Enciclopédica	155
2.4.2.7 A Teoria Eclética	155
2.5 Natureza Jurídica	156
2.6 Bem Jurídico Tutelado	158
2.7 O Regime Jurídico	162
2.7.1 Visão Geral	162
2.7.2 A grande dicotomia	167
2.7.3 Relação com outras disciplinas jurídicas	169
2.7.4 Os Costumes Notariais	170
2.8 Princípios	173
2.8.1 Introdução	173
2.8.2 Princípio da Autonomia Privada	173
2.8.3 Princípio da Juridicidade, Segurança Social ou Controle de Legalidade	175
2.8.3.1 Contextualização do Princípio da Juridicidade	176
2.8.3.2 A Outorga Conjugal na Perspectiva da Juridicidade Notarial	180
2.8.3.3 O Notário no Ordenamento Jurídico	187
2.8.4 Princípio da Cautelaridade, Profilaxia ou Prevenção	190
2.8.4.1 Visão Geral da Prevenção ou Cautela	190
2.8.4.2 Forma e Prova do Negócio Jurídico	191
2.8.5 Princípio da Imparcialidade ou Moralidade	192
2.8.6 Princípio Rogatório ou da Instância	194
2.8.7 Princípio da Publicidade	196
2.8.7.1 Introdução	196
2.8.7.2 Primeira fase: publicidade plena e direito à informação	196
2.8.7.3 Publicidade Mitigada: direito a privacidade	197
2.8.8 Princípio da Tecnicidade ou da forma	200
2.8.9 Princípio da Unicidade do Ato; atual Princípio da Concentração	201
2.8.10 Princípio da Economia	203
2.8.11 Princípio da Imediação	204
2.9 Esquema da Atuação Notarial	205

2.9.1	Introdução	205
2.9.2	Anamnese Notarial	206
2.9.3	A Entrevista com as Partes	208
2.9.4	Averiguação Documental	208
2.9.5	Qualificação do Negócio Jurídico	209
2.9.6	A Redação Notarial	210
2.9.7	Registro do documento notarial	211
2.10	Deontologia Notarial	212
2.10.1	Introdução	212
2.10.2	Direitos do Notário	212
2.10.3	Obrigações Próprias do Notário	215
2.10.3.1	A Prudência Notarial	218
2.10.3.2	Infrações disciplinares e Penalidades	221
2.10.3.3	O afastamento	223
3	Prática Notarial	230
3.1	Teoria do Negócio Jurídico	232
3.2	Forma do Negócio Jurídico	234
3.2.1	Histórico	234
3.2.2	Conceito	235
3.2.3	Finalidade	237
3.2.4	Espécies	239
3.2.5	Relação Forma e Prova	242
3.2.6	Documento	249
3.2.6.1	Conceito	249
3.2.6.2	Natureza	251
3.2.6.3	Espécies	252
3.2.6.4	Efeitos	255
3.2.7	Instrumento	256
3.3	O Ato Notarial	263
3.3.1	Conceito	263
3.3.2	Regime Jurídico do Ato	263
3.3.3	Natureza Jurídica	266
3.3.4	Elementos Fundamentais	268

3.3.4.1	Introdução	268
3.3.4.2	Autoria	268
3.3.4.3	Materialidade	269
3.3.4.4	Conteúdo	270
3.3.5	Competência	271
3.3.6	Finalidade	272
3.3.7	Espécies	273
3.3.7.1	Introdução	273
3.3.7.2	Atos Protocolares	273
3.3.7.3	Atos Extraprotocolares	275
3.3.7.4	Atos Mistos	276
3.3.8	A rogação para o ato	277
3.3.9	Escritura Pública	281
3.3.9.1	Introdução	281
3.3.9.2	Conceito	282
3.3.9.3	Classificação	282
3.3.9.4	Natureza Jurídica	285
3.3.9.5	Pressupostos Genéricos da Escritura Pública	286
3.3.9.5.1	Introdução	286
3.3.9.5.2	Lavratura exclusivamente por notário ou seus substitutos legais	287
3.3.9.5.3	Data	288
3.3.9.5.4	Local	288
3.3.9.5.5	Identificação das Partes, intervenientes e comparecentes	288
3.3.9.5.6	Reconhecimento da capacidade	290
3.3.9.5.7	Controle do cumprimento de exigências legais e fiscais	290
3.3.9.5.8	Declaração de ter sido lida na presença das partes ou demais comparecentes	293
3.3.9.5.9	Ressalva das rasuras, riscaduras ou incidentes	293
3.3.9.5.10	Assinatura das partes e demais comparecentes	294
3.3.9.5.11	Subscrição do tabelião de notas ou do seu substituto legal, encerrando o ato	295
3.3.9.6	Pressupostos Específicos da Escritura	295
3.3.9.6.1	Introdução	295

3.3.9.6.2	Procuração	295
3.3.9.6.3	Pessoa Jurídica	297
3.3.9.6.4	Escrituras de Doação	297
3.3.9.6.5	Escrituras com incapaz	298
3.3.9.6.6	Nomen iuris	298
3.3.9.6.7	Forma de pagamento e quitação	299
3.3.9.7	Aferição prévia do tabelião: Profilaxia Real	300
3.3.9.8	Atos que exigem escritura Pública	301
3.3.9.9	O artigo 108 do Código Civil (negócios com forma especial)	303
3.3.9.9.1	Introdução	303
3.3.9.9.2	Primeira Exceção	304
3.3.9.9.3	Segunda Exceção	305
3.3.9.9.4	Trinta salários mínimos	306
3.3.9.9.5	Venda de Fração do Imóvel	307
3.3.9.9.6	Constituição de direitos reais imobiliários	307
3.3.9.9.7	Transferência de direitos reais imobiliários	308
3.3.9.9.8	Modificação dos direitos reais imobiliários	308
3.3.9.9.9	Renúncia de direitos reais imobiliários	308
3.3.9.10	Princípio da Concentração	309
3.3.9.11	Estrutura da Escritura Pública	311
3.3.9.11.1	Introdução	311
3.3.9.11.2	Requisitos Personalíssimos ou Sujeitos	311
3.3.9.11.2.1A	capacidade dos contratantes	311
3.3.9.11.2.1.1	Capacidade Genérica e Específica	312
3.3.9.11.2.1.2	Consentimento	315
3.3.9.11.2.2	Pessoa Jurídica	326
3.3.9.11.2.2.1	Introdução	326
3.3.9.11.2.2.2	A Capacidade Aparente das Pessoas Jurídicas: Teorias, natureza e atos aparentes	327
3.3.9.11.2.2.3	Aparência dos representantes da pessoa jurídica	333
3.3.9.11.3	Requisitos Objetivos	336
3.3.9.11.4	Requisitos Formais	342
3.3.9.11.4.1	Redação e lavratura	342
3.3.9.11.4.2	Escrituração Notarial	343
3.3.10	Livros	346
3.3.11	Pastas, Arquivos, Classificadores	349

3.4	Emolumentos	351
3.4.1	Introdução	351
3.4.2	Escrituras com valor declarado	353
3.4.3	Escrituras sem valor declarado	355
3.4.4	Efeitos da Escritura Pública	356
3.4.4.1	Traslados	356
3.4.4.2	Certidões	357
3.4.4.3	Pública-forma	360
4	Escrituras Translativas	366
4.1	Teoria Geral dos Contratos	368
4.1.1	Introdução: contrato como fonte das obrigações	368
4.1.1.1	Direito Romano	368
4.1.1.2	Direito Brasileiro	372
4.1.2	Classificação dos contratos	373
4.1.2.1	Quanto ao número de prestações	373
4.1.2.2	Quanto à vantagem para as partes	378
4.1.2.3	Quanto à certeza da existência e da extensão da prestação	380
4.1.2.4	Os contratos nas diversas áreas do Direito Civil	381
4.1.3	Elementos de Existência do Contrato	382
4.1.4	Conceito	384
4.1.5	Requisitos de validade e eficácia	385
4.1.5.1	Requisitos subjetivos	386
4.1.5.1.1	Capacidade genérica dos contratantes	386
4.1.5.1.2	Capacidade específica dos contratantes	388
4.1.5.1.3	Consentimento	388
4.1.5.2	Requisitos objetivos	389
4.1.5.3	Requisitos formais	390
4.1.5.3.1	Introdução	390
4.1.5.3.2	Forma livre ou geral	390
4.1.5.3.3	Forma especial ou solene	391
4.1.5.3.4	Forma contratual	391
4.1.6	Princípios Contratuais	392
4.1.6.1	Autonomia privada	392
4.1.6.2	Obrigatoriedade dos contratos (<i>pacta sunt servanda</i>)	394

4.1.6.3	Relatividade dos efeitos contratuais (<i>res inter alios acta</i>)	395
4.1.6.4	Boa-fé objetiva	398
4.1.6.5	Função social do contrato	401
4.1.7	Hermenêutica contratual	404
4.2	Contratos Translativos	406
4.2.1	Introdução	406
4.2.2	Imóveis Rurais e Urbanos	409
4.2.3	Compra e Venda	410
4.2.3.1	Conceito	410
4.2.3.2	Características	412
4.2.3.3	Elementos Constitutivos	413
4.2.3.3.1	Introdução	413
4.2.3.3.2	Consentimento	414
4.2.3.3.2.1	Conceito	414
4.2.3.3.2.2	Venda de bens do menor e do incapaz	415
4.2.3.3.2.3	Venda de imóvel de pessoa falecida (espólio)	417
4.2.3.3.2.4	Venda de imóvel de pessoa jurídica	417
4.2.3.3.2.5	Outorga uxória ou marital	418
4.2.3.3.2.6	Compra e venda entre cônjuges	419
4.2.3.3.2.7	Compra e venda entre ascendentes e descendentes	419
4.2.3.3.2.8	Bens que não podem ser comprados	422
4.2.3.3.2.9	Direito de preempção	422
4.2.3.3.3	Objeto	424
4.2.3.3.4	Preço	427
4.2.3.4	Efeitos Jurídicos	429
4.2.3.4.1	Efeitos em relação à venda <i>ad corpus</i> e <i>ad mensuram</i>	432
4.2.3.5	Cláusulas especiais da Compra e Venda	434
4.2.3.5.1	Introdução	434
4.2.3.5.2	Retrovenda	435
4.2.3.5.3	Venda a contento e sujeita à prova	438
4.2.3.5.4	Preempção	439
4.2.3.5.5	Pacto de melhor comprador	440
4.2.3.5.6	Pacto Comissório	441
4.2.3.5.7	Reserva de Domínio	442
4.2.3.6	Modalidades Especiais de Compra e Venda	443
4.2.3.6.1	Compra e venda a termo	443

4.2.3.6.2	Hedging	443
4.2.3.6.3	Compra e Venda Bipartida	444
4.2.3.6.4	Venda mediante poupança	445
4.2.4	Troca ou Permuta	445
4.2.4.1	Conceito	445
4.2.4.2	Relação com a compra e venda	446
4.2.5	Doação	447
4.2.5.1	Conceito	447
4.2.5.2	Natureza Jurídica	448
4.2.5.3	Características	451
4.2.5.3.1	Contratualidade	451
4.2.5.3.2	Animus Donandi	452
4.2.5.3.3	Transferibilidade	452
4.2.5.3.4	Aceitação	452
4.2.5.4	Promessa de Doação	454
4.2.5.5	Oferta de doação	454
4.2.5.6	Aceitação ficta	455
4.2.5.7	Requisitos de Validade	456
4.2.5.7.1	Introdução	456
4.2.5.7.2	Requisitos subjetivos	456
4.2.5.7.3	Requisitos objetivos	458
4.2.5.7.4	Requisitos formais	460
4.2.5.8	Espécies	461
4.2.5.8.1	Doação pura e simples	461
4.2.5.8.2	Doação modal	462
4.2.5.8.3	Doação mista	463
4.2.5.8.4	Doação remuneratória	463
4.2.5.8.5	Doação condicional	464
4.2.5.8.6	Doação a termo	464
4.2.5.8.7	Doação contemplativa	464
4.2.5.8.8	Doação de ascendentes a descendentes	464
4.2.5.8.9	Doação conjuntiva	465
4.2.5.8.10	Doação inoficiosa	466
4.2.5.8.11	Doação feita à entidade futura	466
4.2.5.8.12	Doação sob a forma de subvenção periódica	467
4.2.5.8.13	Doação manual	467

4.2.5.8.14	Doação em contemplação a casamento futuro	467
4.2.5.8.15	Doação com cláusula de reversão	467
4.2.5.9	O problema do Donatário Incapaz	468
4.2.5.9.1	Introdução	468
4.2.5.9.2	O Código Civil de 1916	468
4.2.5.9.3	O Código Civil de 2002	469
4.2.5.9.4	Apontamentos para a Solução do Problema	470
4.2.5.9.4.1	Doação a incapaz como negócio unilateral	470
4.2.5.9.4.2	O fundamento das incapacidades como justificativa da opção legislativa	471
4.2.5.9.4.3	Ressalvas quanto ao tipo de doação. Mais um fundamento para a dispensa de aceitação	471
4.2.5.10	Revogação	472
4.2.5.10.1	Conceito	472
4.2.5.10.2	Revogação por descumprimento do encargo	473
4.2.5.11	Contrato Preliminar	474
4.2.5.11.1	Conceito	474
4.2.5.11.2	Requisitos	475
4.2.5.11.3	Classificação	475
4.2.5.11.4	Execução coativa	476
4.2.5.12	Compromisso Irretratável de Compra e Venda	476
4.2.5.12.1	Introdução	476
4.2.5.12.2	Conceito	477
4.2.5.12.3	Natureza Jurídica	478
4.2.5.12.3.1	Natureza contratual (contrato com eficácia real)	478
4.2.5.12.3.2	Direito Real	478
4.2.5.12.3.3	Promessa ou pré-contrato	478
4.2.5.12.4	Requisitos essenciais	479
4.2.5.12.4.1	Contrato formal	479
4.2.5.12.4.2	Cláusula de irretratabilidade	479
4.2.5.12.4.3	Cláusula de valor	479
4.2.5.12.4.4	Regularidade do imóvel	480
4.2.5.12.4.5	Capacidade dos contratantes	480
4.2.5.12.5	Efeitos jurídicos	481
4.2.5.12.5.1	Oponibilidade <i>erga omnes</i>	481
4.2.5.12.5.2	Transferibilidade	481
4.2.5.12.5.3	Imissão na posse	482
4.2.5.12.5.4	Purgação da Mora	482

4.2.5.12.5.5	Adjudicação Compulsória	482
4.2.5.12.6	Formas de Extinção	483
4.2.5.12.7	Escritura pública definitiva de venda	483
4.2.5.12.8	Cessão da promessa de venda	485
5	Representação, Mandato e Procuração	490
5.1	Representação	492
5.1.1	Espécies	496
5.1.1.1	Legal	496
5.1.1.2	Judicial	496
5.1.1.3	Voluntária ou Convencional	496
5.1.2	Representação e Mandato	497
5.1.3	Representação e mensagem ou nunciatura	497
5.1.4	Representação legal e aparente	497
5.1.5	Representação consigo mesmo	505
5.1.6	Contrato consigo mesmo ou autocontratação	506
5.1.7	Efeitos	507
5.2	Mandato	509
5.2.1	Introdução e Etimologia	509
5.2.2	Conceito	510
5.2.3	Natureza Jurídica	511
5.2.4	Procuração e Substabelecimento	513
5.2.5	Características	516
5.2.6	Requisitos do contrato de mandato	517
5.2.6.1	Requisitos Subjetivos	517
5.2.6.2	Estrutura Objetiva	518
5.2.6.2.1	Introdução	518
5.2.6.2.2	Poderes expressos e especiais	519
5.2.6.3	Estrutura Formal	520
5.2.7	Espécies de Mandato	521
5.2.7.1	Quanto às relações entre mandante e mandatário: oneroso ou gratuito	521
5.2.7.2	Quanto ao objeto: civil, mercantil ou empresarial	522
5.2.7.3	Quanto à forma de sua celebração: verbal ou escrito	522
5.2.7.4	Quanto ao modo de manifestação de vontade: expresso ou tácito	522
5.2.7.5	Quanto à pessoa do procurador: plural ou singular	523

5.2.7.6	Quanto à extensão: geral ou especial _____	523
5.2.7.7	Quanto ao conteúdo: em termos gerais ou com poderes especiais _____	524
5.2.7.8	Quanto ao fim para o qual o procurador contrai a obrigação: <i>ad negotia</i> ou <i>ad iustitia</i> e em causa própria _____	524
5.2.7.9	Cláusula Mandato _____	526
5.2.8	Extinção _____	526
5.2.8.1	Resilição bilateral ou distrato _____	526
5.2.8.2	Resilição unilateral ou revogação e renúncia _____	526
5.2.8.3	Resolução por Morte _____	526
5.2.8.4	Mudança de estado de uma das partes _____	527
5.2.8.5	Término do prazo _____	527
5.2.8.6	Conclusão do negócio jurídico _____	528
5.3	Procuração _____	528
5.3.1	Introdução _____	528
5.3.2	Conceito _____	529
5.3.3	Natureza Jurídica _____	531
5.3.4	Espécies _____	531
5.3.5	Relação com o Mandato _____	532
5.3.6	Início da Procuração e Recepticidade _____	532
5.3.7	Requisitos subjetivos _____	533
5.3.8	Especificidades _____	534
5.3.9	Efeitos da Procuração _____	535
5.3.10	Extinção da Procuração _____	536
5.3.10.1	Introdução _____	536
5.3.10.2	Revogação _____	536
5.3.10.3	Morte ou incapacidade de uma das partes _____	537
5.3.10.4	Renúncia _____	537
5.3.10.5	Mudança de estado civil que inabilite uma das partes _____	538
5.3.11	Procuração em Causa Própria _____	538
5.3.11.1	Origem histórica e conceitos _____	538
5.3.11.2	Características _____	540
5.3.11.3	Requisitos _____	541
5.3.11.4	Registro da procuração em causa própria _____	541
5.3.12	Substabelecimento _____	542

6	Atas Notariais _____	548
6.1	O Tabelião e a Ata Notarial _____	550
6.2	Breve Histórico _____	552
6.2.1	Origem _____	552
6.2.2	No Brasil _____	553
6.3	Conceito _____	555
6.4	Natureza Jurídica _____	557
6.5	A ata notarial e a escritura pública _____	558
6.6	A ata notarial e a escritura declaratória _____	560
6.7	Objeto _____	561
6.8	Forma _____	563
6.8.1	Introdução _____	563
6.8.2	Limitações _____	564
6.8.2.1	Introdução _____	564
6.8.2.2	Competência territorial _____	565
6.8.2.3	Impedimento legal do tabelião _____	565
6.8.2.4	Impedimentos disciplinares _____	566
6.8.2.5	Unicidade do ato _____	566
6.8.2.6	Matérias _____	566
6.8.2.7	Juízo de valor _____	567
6.8.2.8	Horário dos fatos percebidos pelo tabelião _____	567
6.8.3	Requisitos _____	568
6.8.3.1	Introdução _____	568
6.8.3.2	Requerimento _____	568
6.8.3.3	Capacidade do requerente _____	570
6.8.3.4	Qualificação das partes _____	570
6.8.3.5	Data e local da lavratura e do fato _____	571
6.8.3.6	Narrativa dos fatos _____	572
6.8.3.7	Idioma nacional _____	573
6.8.3.8	Declaração de leitura do instrumento ao solicitante e testemunhas _____	574
6.8.3.9	Assinatura do tabelião e das partes _____	574
6.9	A ata notarial como meio de prova _____	575

6.10 Espécies	577
6.10.1 Introdução	577
6.10.2 Ata de presença	578
6.10.3 Ata de referência	578
6.10.4 Ata de notariade	579
6.10.5 Ata de protocolização	579
6.10.6 Ata de depósito	580
6.10.7 Ata de protesto	580
6.10.8 Ata de notificação	581
6.10.9 Ata de subsanação	582
7 Sucessão Legítima e Testamentária	588
7.1 Noções Gerais de Direito Sucessório	590
7.1.1 Introdução	590
7.1.2 Conceito	593
7.1.3 Pressupostos	594
7.1.4 Conteúdo	596
7.1.5 Princípio da saisine	601
7.1.5.1 Conceito	601
7.1.5.2 Histórico	602
7.1.5.2.1 Origem	602
7.1.5.2.2 Sistemas	604
7.1.5.2.3 Brasil	607
7.1.5.3 Efeitos	608
7.1.5.3.1 Abertura da sucessão	608
7.1.5.3.2 Transmissão patrimonial	609
7.1.5.3.3 Transmissão possessória	610
7.1.5.3.4 Direito intertemporal	614
7.1.5.3.5 Vocação hereditária	614
7.1.5.3.6 Comoriência	616
7.1.5.3.7 Valores do acervo hereditário	618
7.1.6 Espécies de sucessão	618
7.1.6.1 Classificações	618
7.1.6.2 Sucessão legítima	620
7.1.6.3 Sucessão testamentária	622

7.1.6.4 Sucessão universal	623
7.1.6.5 Sucessão singular	624
7.1.6.6 Outras classificações	625
7.1.7 Sistemas sucessórios	625
7.1.7.1 Introdução	626
7.1.7.2 Classificação	626
7.1.7.3 Histórico	628
7.1.7.4 Sistema brasileiro	631
7.1.8 Lugar da abertura da sucessão	634
7.2 Herança e sua administração	637
7.2.1 Natureza jurídica	637
7.2.2 Administrador provisório	638
7.2.3 Inventariante	639
7.2.4 Responsabilidade dos herdeiros	643
7.2.4.1 Fundamento jurídico	643
7.2.4.2 Aspectos processuais	646
7.2.4.3 Responsabilidade do legatário	647
7.3 Capacidade e Legitimação	648
7.3.1 Capacidade sucessória ativa	648
7.3.2 Capacidade sucessória passiva	650
7.3.3 Excluídos da sucessão	652
7.3.3.1 Causas de deslegitimação	652
7.3.3.2 Indignidade	654
7.3.3.2.1 Homicídio ou tentativa deste contra a pessoa do hereditando, seu cônjuge, seu companheiro, seus ascendentes ou seus descendentes	656
7.3.3.2.2 Acusação caluniosa em juízo contra o autor da herança ou prática de crime contra a honra do hereditando, seu cônjuge ou seu companheiro.	656
7.3.3.2.3 Obstar ou inibir manifestação de disposição da herança com emprego de violência ou meio fraudulento.	657
7.3.3.3 Deserdação	657
7.4 Cessão de direitos hereditários	658
7.4.1 Conceito	658
7.4.2 Pressupostos	659

7.4.2.1	Tempo da cessão	659
7.4.2.2	Objeto da cessão	660
7.4.2.3	Direito de Preferência	662
7.4.2.4	Vênia Conjugal	664
7.4.3	Forma	664
7.4.4	Efeitos	666
7.5	Aceitação e Renúncia	668
7.5.1	Introdução	668
7.5.2	Aceitação	670
7.5.2.1	Introdução e resumo geral	670
7.5.2.2	Conceito	673
7.5.2.3	Características	676
7.5.2.3.1	Informalidade	676
7.5.2.3.2	Transmissibilidade	677
7.5.2.3.3	Gratuidade	678
7.5.2.3.4	Irretratabilidade	679
7.5.2.3.5	Indivisibilidade	680
7.5.2.3.6	Incondicionalidade	680
7.5.2.4	Espécies de aceitação	681
7.5.2.5	Aceitação obrigatória	682
7.5.2.6	Transmissão do direito de aceitar	682
7.5.2.7	Aceitação por incapazes	683
7.5.3	Renúncia	684
7.5.3.1	Introdução e resumo geral	684
7.5.3.2	Conceito	687
7.5.3.3	Natureza jurídica da renúncia	687
7.5.3.4	Características da renúncia	688
7.5.3.4.1	Introdução	688
7.5.3.4.2	Unilateralidade	689
7.5.3.4.3	Formalidade	689
7.5.3.4.4	Gratuidade	690
7.5.3.4.5	Indivisibilidade	691
7.5.3.4.6	Irretratabilidade	691
7.5.3.4.7	Incondicionalidade	692
7.5.3.4.8	Retroatividade	693

7.5.3.4.9	Não-receptividade	693
7.5.3.5	Espécies de renúncia	693
7.5.3.6	Legitimação	695
7.5.3.6.1	Conceito	695
7.5.3.6.2	Renúncia por incapaz	695
7.5.3.6.2.1	Poder familiar	695
7.5.3.6.2.2	Tutela ou curatela	695
7.5.3.6.3	Renúncia por pessoa casada	696
7.5.3.6.4	Renúncia por pessoa em união estável	698
7.5.3.6.5	Renúncia por devedor	699
7.5.3.7	Representação do herdeiro renunciante	699
7.5.3.8	Destinação da cota-parte do renunciante	700
7.6	Sucessão legítima	702
7.6.1	Noções gerais	702
7.6.2	Herdeiros necessários e subsidiários	703
7.6.3	Chamamento à herança	704
7.6.4	Ordem de vocação hereditária	705
7.6.4.1	Introdução	705
7.6.4.2	Conceito	705
7.6.4.3	Regras fundamentais	705
7.6.4.4	Sucessão dos descendentes	707
7.6.4.5	Sucessão dos ascendentes	710
7.6.4.6	Sucessão do cônjuge	712
7.6.4.6.1	Introdução: a sucessão do cônjuge segundo as fontes romanas	712
7.6.4.6.2	Regime no Código Civil de 1916	715
7.6.4.6.3	Regime no Código Civil de 2002 e concorrência sucessória	718
7.6.4.7	Sucessão do companheiro	726
7.6.4.8	Sucessão dos colaterais	735
7.6.5	Herança jacente e vacante	740
7.6.5.1	Conceito e natureza jurídica da herança jacente	740
7.6.5.2	Procedimento	741
7.6.5.3	Conceito e natureza jurídica da herança vacante	742
7.6.6	Modos de suceder	744

7.6.6.1	Por cabeça	744
7.6.6.2	Por estirpe	744
7.6.6.2.1	Noções gerais	744
7.6.6.2.2	Direito de representação	744
7.6.6.2.2.1	Conceito	744
7.6.6.2.2.2	Natureza Jurídica	745
7.6.6.2.2.3	Pressupostos	745
7.6.6.2.2.4	Representação na linha reta descendente	748
7.6.6.2.2.5	Representação na linha colateral	749
7.6.6.2.3	Direito de transmissão	751
7.6.6.3	Por linhagem	752
7.7	Petição de Herança	752
7.7.1	Introdução	752
7.7.2	Conceito	754
7.7.3	Aspectos processuais	755
7.7.3.1	Natureza da ação	755
7.7.3.2	Legitimados	756
7.7.3.2.1	Legitimados ativos	756
7.7.3.2.2	Legitimados passivos	757
7.7.3.3	Efeitos da sentença	757
7.7.4	Herdeiro aparente	761
7.7.5	Prescrição e decadência	763
7.8	Sucessão testamentária	764
7.8.1	Introdução	764
7.8.2	Origem	765
7.8.3	Evolução histórica	767
7.8.4	Evolução brasileira	769
7.9	Testamento	770
7.9.1	Conceito	770
7.9.2	Natureza jurídica	771
7.9.3	Características	772
7.9.3.1	Personalíssimo	772
7.9.3.2	Unilateral	773
7.9.3.3	Revogável	773
7.9.3.4	Solene	774

7.9.3.5	Gratuito	775
7.9.4	Classificação	777
7.9.5	Testamento público	781
7.9.5.1	Conceito	781
7.9.5.2	Características	782
7.9.5.3	Requisitos	786
7.9.5.3.1	Lavratura por tabelião ou substituto	786
7.9.5.3.1.1	Introdução	786
7.9.5.3.1.2	Impedimentos do tabelião	788
7.9.5.3.1.3	Recepção das declarações	788
7.9.5.3.1.4	Escrituração	789
7.9.5.3.1.5	Competência	791
7.9.5.3.2	Presença de duas testemunhas	792
7.9.5.3.2.1	Número legal	792
7.9.5.3.2.2	Natureza jurídica	792
7.9.5.3.2.3	Capacidade	793
7.9.5.3.2.4	Impedimentos	794
7.9.5.3.3	Leitura do testamento	795
7.9.5.3.4	Data e assinatura	796
7.9.5.3.5	Registro e cumprimento	798
7.9.5.4	Outras exigências legais	798
7.9.5.5	Emolumentos	800
7.9.6	Testamento cerrado	800
7.9.6.1	Nomenclatura	800
7.9.6.2	Conceito	801
7.9.6.3	Características	801
7.9.6.4	Requisitos	802
7.9.6.4.1	Cédula testamentária	802
7.9.6.4.2	Entrega do testamento	805
7.9.6.4.3	Auto de aprovação	807
7.9.6.4.3.1	Conceito	807
7.9.6.4.3.2	Natureza jurídica	808
7.9.6.4.3.3	Lavratura	808
7.9.6.4.3.4	Conteúdo	808
7.9.6.4.3.5	Leitura e Assinatura	810
7.9.6.4.4	Cerramento	810
7.9.6.4.5	Entrega ao Testador	810

7.9.6.4.6	Abertura, registro e cumprimento	811
7.9.7	Testamento particular	813
7.9.7.1	Nomenclatura	813
7.9.7.2	Conceito	813
7.9.7.3	Características	813
7.9.7.4	Requisitos	814
7.9.7.4.1	Introdução	814
7.9.7.4.2	Escrituração	815
7.9.7.4.3	Leitura às testemunhas	817
7.9.7.4.4	Assinatura pelo testador	818
7.9.7.4.5	Subscrição pelas testemunhas	819
7.9.7.4.6	Formalidades não essenciais	819
7.9.7.5	Publicação e confirmação	820
7.9.8	Testamento conjuntivo	821
7.10	Codicilo	822
7.10.1	Conceito	822
7.10.2	Requisitos e conteúdo	824
7.10.3	Revogação	826
7.11	Testamentos Especiais	827
7.11.1	Testamento Marítimo e Aeronáutico	828
7.11.2	Testamento Militar	830
7.12	Disposições Testamentárias	832
7.12.1	Introdução	832
7.12.2	Hermenêutica testamentária	832
7.12.3	Regras proibitivas ou restritivas	833
7.13	Cláusulas restritivas	835
7.13.1	Conceito	835
7.13.2	Princípio da intangibilidade da legítima	837
7.13.3	Alcance das cláusulas	839
7.13.4	Natureza	840
7.13.5	Justa causa para clausular	841
7.13.6	Justa causa para alienar	847
7.13.7	Vigência	851
7.13.8	Inconversibilidade	853

7.14	Validade e Eficácia do Testamento	854
7.14.1	Validade do Testamento	854
7.14.1.1	Nulidades Testamentárias	854
7.14.1.2	Nulidades das Disposições Testamentárias	855
7.14.1.3	Anulabilidades Testamentárias e das Disposições Testamentárias	856
7.14.2	Eficácia do Testamento	857
7.14.2.1	Caducidades Testamentárias	857
7.14.2.2	Revogação dos Testamentos	858
7.14.2.3	Rompimento do Testamento	859
7.14.2.4	Redução das Disposições Testamentárias	859
7.15	Legados	860
7.15.1	Conceito	860
7.15.2	Espécies	861
7.15.2.1	Legado de coisa alheia	861
7.15.2.2	Legado de coisa localizada	862
7.15.2.3	Demais espécies	863
7.16	Direito de Acrescer a Herdeiros e Legatários	864
7.16.1	Conceito	864
7.16.2	Espécies	864
7.16.2.1	Direito de acrescer entre os herdeiros	864
7.16.2.2	Direito de acrescer entre os legatários	865
7.17	Substituições	866
7.17.1	Conceito	866
7.17.2	Substituição Vulgar	867
7.17.3	Substituição fideicomissária	868
7.17.3.1	Conceito e hipóteses	868
7.17.3.2	Caducidade do Fideicomisso	870
8	Inventários e Partilhas Extrajudiciais	878
8.1	Disposições comuns	880
8.2	Separação e divórcio	883
8.2.1	Introdução	883
8.2.2	Histórico	883
8.2.3	Emenda Constitucional nº 66/10	886

8.2.4	Separação por escritura pública	888
8.2.4.4.	Introdução	888
8.2.4.5.	Regime jurídico	888
8.2.4.6.	Competência notarial	889
8.2.4.7.	Pressupostos	889
8.2.4.7.1	Introdução	889
8.2.4.7.2	Vigência de casamento válido (art. 1.574 do Código Civil);	889
8.2.4.7.3	Expressa manifestação de vontade	890
8.2.4.7.4	Concordância quanto às cláusulas do ato notarial	890
8.2.4.7.5	Ausência de cláusulas prejudiciais	890
8.2.4.7.6	Assistência do advogado ou defensor público	891
8.2.4.7.7	Inexistência de filho menor ou incapaz:	891
8.2.4.7.8	Inexistência de nascituro	894
8.2.4.8.	Separação de corpos	895
8.2.5	Divórcio administrativo	897
8.2.5.4.	Pressupostos	897
8.2.5.4.1	Introdução	897
8.2.5.4.2	Inexistência de prazo de separação de fato ou de direito	897
8.2.5.4.3	Manifestação inequívoca e expressa de vontade	899
8.2.5.4.4	Concordância quanto às cláusulas do ato notarial	899
8.2.5.4.5	Assistência do advogado ou defensor público	899
8.2.5.4.6	Inexistência de filhos incapazes ou nascituro	900
8.2.6	Disposições comuns da separação e divórcio administrativo	900
8.2.6.4.	Requisitos intrínsecos	900
8.2.6.5.	Requisitos extrínsecos	904
8.2.6.6.	Requisitos formais	905
8.2.6.7.	Incidência de imposto sobre transmissão	907
8.2.6.8.	Efeitos	908
8.2.6.8.1	Escritura de retificação	908
8.2.6.8.2	Escritura de restabelecimento da sociedade conjugal	908
8.2.6.8.3	Gratuidade	910
8.3	Inventário administrativo	911
8.3.1	Conceito	911
8.3.2	Natureza jurídica	914

8.3.3	Competência notarial	915
8.3.4	Pressupostos	916
8.3.4.4.	Capacidade das partes	916
8.3.4.4.1	Cônjuge do herdeiro	916
8.3.4.4.2	Companheiro do de cujus	917
8.3.4.5.	Concordância das partes	918
8.3.4.6.	Inexistência de testamento válido e eficaz	918
8.3.4.7.	Assistência de advogado	919
8.3.5	Requisitos intrínsecos	920
8.3.5.4.	Qualificação	920
8.3.5.5.	Nomeação de inventariante	921
8.3.5.6.	Bens	922
8.3.6	Requisitos extrínsecos	924
8.3.6.4.	Partes	924
8.3.6.4.1	Herdeiros, cônjuges e companheiros	924
8.3.6.4.2	Credores	925
8.3.6.4.3	Cessionários	926
8.3.6.4.4	Renunciante	927
8.3.6.5.	Localização dos bens	927
8.3.6.6.	Tributos	928
8.3.7	Requisitos formais	931
8.3.8	Efeitos	933
8.3.8.4.	Direito intertemporal	933
8.3.8.5.	Negativa do tabelião	934
8.3.8.6.	Retificação	934
8.3.8.7.	Herdeiro único	935
8.3.8.8.	Levantamento do FGTS (Lei 6.858/1980)	935
8.3.9	Prazos	936
8.3.10	Sobrepilha e partilha parcial	936
8.3.11	Inventário negativo	937
8.3.12	Colaço	938
8.3.12.4.	Conceito	938
8.3.12.5.	Bem jurídico	939
8.3.12.6.	Objeto	939

8.3.12.7. Pessoas sujeitas à colação	940
8.3.13 Sonegados	941
8.3.14 Pagamento das dívidas	942
8.3.15 Partilha	943
8.3.15.4. Questões importantes	943
8.3.15.5. Súmula 377 do STF e a partilha	945
8.3.15.6. Ordem de sucessão hereditária	947
8.3.15.7. Direito de Representação	951
8.4 Central de escrituras de separação, divórcio e inventários – CESDI	952
9 Outras Escrituras	958
9.1 Emancipação	960
9.1.1 Noções gerais	960
9.1.1.1 Conceito	960
9.1.1.2 Espécies	960
9.1.2 Emancipação e aparência	963
9.1.3 Emancipação voluntária e a atividade notarial	965
9.2 Namoro/Noivado	968
9.2.1 Escritura de namoro	968
9.2.2 Escritura de noivado	969
9.3 Escritura de Manutenção e Subsistência	971
9.4 Transação	972
9.4.1 Considerações preliminares	972
9.4.2 Características	974
9.4.3 Especialidade subjetiva	974
9.4.4 Objeto	975
9.5 Pacto Antenupcial	975
9.5.1 Histórico	975
9.5.2 Natureza jurídica	977
9.5.3 Limites à autonomia privada nos pactos antenupciais	979
9.5.3.1 Princípio da autonomia privada	979
9.5.3.2 A possibilidade de inclusão de cláusulas não patrimoniais	980
9.5.3.3 A Súmula 337 e o regime de separação obrigatória	984
9.5.3.4 Inalterabilidade do regime de bens	986

9.6 Bem de Família Voluntário	987
9.6.1 Considerações conceituais preliminares	987
9.6.2 O conceito de entidade familiar e pessoas legitimadas	988
9.6.3 Instrumento de constituição	990
9.6.4 Objeto (imóveis e valores)	991
9.6.5 Decreto-lei 3.200/1945 e o requisito da moradia mínima de dois anos	993
9.6.6 Inalienabilidade e impenhorabilidade	993
9.6.7 Prazo do bem de família	995
9.7 Fundação	997
9.7.1 Espécies e a intervenção do Ministério Público nas escrituras públicas	997
9.7.2 Fases de constituição	999
9.7.2.1 Ato de dotação patrimonial. Escritura ou testamento	999
9.7.2.2 Elaboração do estatuto	1000
9.7.2.2.1 Aprovação do estatuto	1001
9.7.2.3 Registro da fundação	1001
9.7.3 Alteração da fundação	1002
9.7.4 Alienação de bens da fundação	1003
9.7.5 Extinção	1003
9.8 Dação em pagamento	1004
9.8.1 Conceito e natureza jurídica	1004
9.8.2 Regras	1006
9.8.3 Aspectos Notariais	1007
9.9 Novação	1008
9.9.1 Origem romana	1008
9.9.2 Conceito e natureza jurídica	1009
9.9.3 Aspectos Notariais	1010
9.9.3.1 Introdução	1010
9.9.3.2 Pressupostos para a lavratura da escritura que represente novação	1011
9.9.3.3 Novação e os direitos reais de garantia	1012
9.10 Propriedade Fiduciária	1014
9.10.1 Conceito e Natureza jurídica	1014
9.10.2 Características	1017
9.10.3 Instrumentalização	1018

9.10.4 Partes	1023
9.10.4.1 Cessão da posição do fiduciário	1025
9.10.4.2 Cessão da posição do fiduciante	1027
9.10.5 Objeto	1028
9.10.6 Direitos e obrigações das partes	1030
9.11 Cessão de direitos possessórios	1031
9.11.1 Conceito de posse	1031
9.11.2 Natureza jurídica da posse	1031
9.11.3 Objeto de posse	1033
9.11.4 Cessão de direitos possessórios	1034
9.12 Superfície	1036
9.12.1 Introdução	1036
9.12.2 Conceito	1036
9.12.3 Natureza Jurídica	1037
9.12.4 Características	1037
9.12.5 Formalização da superfície	1038
9.12.6 Requisito subjetivo	1039
9.12.7 Requisito objetivo	1040
9.12.8 Cancelamento	1041
9.13 Servidão	1042
9.13.1 Conceito	1042
9.13.2 Natureza jurídica	1043
9.13.3 Características	1043
9.13.4 Classificação	1044
9.13.5 Requisito subjetivo	1045
9.13.6 Requisito objetivo	1046
9.13.7 Requisitos formais	1047
9.13.8 Efeitos jurídicos	1048
9.13.9 Extinção	1049
9.13.10 Distinção de servidão civil e servidão administrativa	1050
9.14 Usufruto	1051
9.14.1 Conceito	1051
9.14.2 Natureza jurídica	1052
9.14.3 Características	1052

9.14.3.1 Temporariedade do usufruto	1052
9.14.3.2 Inalienabilidade. Venda ou doação bipartida.	1053
9.14.3.3 Divisibilidade	1054
9.14.3.4 Pessoaalidade	1055
9.14.4 Classificação	1056
9.14.5 Partes	1058
9.14.6 Forma	1058
9.14.7 Objeto	1060
9.14.8 Efeitos jurídicos	1061
9.14.9 Penhora do usufruto	1063
9.14.10 Extinção	1063
9.15 Hipoteca	1065
9.15.1 Introdução	1065
9.15.2 Conceito	1065
9.15.3 Características	1067
9.15.4 Princípios	1068
9.15.4.1 Princípio da publicidade	1068
9.15.4.2 Princípio da prioridade	1069
9.15.4.3 Princípio da especialização	1069
9.15.4.4 Princípio da indivisibilidade	1071
9.15.5 Requisitos subjetivos	1072
9.15.6 Requisitos objetivos	1074
9.15.7 Requisitos formais	1075
9.15.8 Espécies	1077
9.15.8.1 Introdução	1077
9.15.8.2 Hipoteca convencional	1077
9.15.8.3 Hipoteca legal	1078
9.15.8.4 Hipoteca cedular	1079
9.15.8.5 Hipoteca judiciária	1079
9.15.9 Pluralidade de hipotecas	1081
9.15.10 Prorrogação e preempção da hipoteca	1081
9.15.11 Aditamento da hipoteca e as questões relativas à novação de dívida	1083
9.15.12 Extinção	1084

9.15.12.1	Introdução	1084
9.15.12.2	Desaparecimento ou extinção da obrigação	1085
9.15.12.3	Perecimento da coisa ou resolução da propriedade	1085
9.15.12.4	Renúncia do credor, remição, resgate ou redenção da hipoteca	1085
9.15.12.5	Arrematação ou adjudicação em hasta pública	1087
9.15.12.6	Prescrição da dívida	1088
9.15.12.7	Desapropriação	1088
9.16	Testamento vital	1089
9.16.1	Fundamento legal	1089
9.16.2	Conceito e outras disposições	1091
9.16.3	Instrumentalização	1093
10	Atos Extraprotocolares	1100
10.1	Introdução	1102
10.2	Reconhecimento de Firmas	1103
10.2.1	Histórico	1103
10.2.2	Conceito	1105
10.2.3	Espécies	1105
10.2.4	Natureza Jurídica	1107
10.2.5	Regime Jurídico	1108
10.2.6	Legitimidade	1109
10.2.7	Cartão de assinatura ou ficha-padrão	1111
10.2.8	Emolumentos	1112
10.2.9	Decisões	1113
10.2.10	Chancela mecânica	1114
10.3	Autenticações	1115
10.3.1	Conceito	1115
10.3.2	Natureza Jurídica	1115
10.3.3	Regime Jurídico	1116
10.3.4	Requisitos	1116
10.3.5	Documentos eletrônicos	1118
10.3.6	Emolumentos	1120